
OS ESPECTROS DO PODER LOCAL: TRADIÇÕES, MODERNIDADES E ESPETÁCULO

JOSÉ ADILSON FILHO¹

INTRODUÇÃO

O fantástico, programa dominical da Rede Globo, exibiu durante algum tempo uma série chamada Me Leva Brasil, comandada de forma bem-humorado pelo jornalista Maurício Kubrusly, através do qual procura mostrar os tipos humanos mais criativos, engraçados e estranhos que vivem nas cidades e “grotões” deste imenso país. No mesmo programa, mediante outras matérias, mostra-se também a corrupção praticada por políticos contra o erário público. Os interiores das regiões Norte e Nordeste são os mais focalizados e é a partir deles que temos a sensação que uma parte do país vive sob a lógica do regresso, num outro tempo repleto de exotismos e fantasmagorias. Mais do que uma versão cômica ou trágica, tais matérias revelam-nos uma forma cristalizada de ver e apreciar algumas regiões e sociedades do país.

Sob o subterfúgio de se mostrar as curiosidades, contrastes e maravilhas do Brasil, vários programas de TV, na verdade, fortalecem a velha ideia dos dois brasis: o moderno – localizado nas regiões do Sul e Sudeste em oposição ao arcaico e atrasado – compreendido geograficamente pelas regiões Norte, Nordeste. Estas imagens e discursos de um Brasil partido e desconstruído, ressoavam pela primeira vez na escrita de Euclides da Cunha, através de *Os Sertões*, em que denunciava as mazelas e o esquecimento vividos por uma parte expressiva da sociedade brasileira. Um naco da nossa *intelligentzia* usaria seu talento para falar sobre as antíteses que separavam os brasileiros do interior em relação aos do litoral. Tais análises (in)voluntariamente serviram para a construção de uma imagem e identidade petrificadas das referidas regiões. E é dessa identidade imagético-discursiva que se alimenta o repertório das novelas, jornais e programas de humor das mídias brasileiras.

¹ Membro do NUPESQ- FAFICA, leciona na Fabeja (Belo Jardim) e faz doutoramento no Programa de Pós- Graduação em Sociologia da UFPB, sob a orientação da Profa. Dra. Elizabeth Lima (UFCG)

Algumas destas imagens tornaram-se célebres ao retratarem a saga da “Civilização dos Sertões” como uma história feita por homens bravos, vingativos e insensíveis. Noutras, o poder local é sempre a expressão de um poder discricionário e atrasado, que nunca muda, apenas adquire nova roupagem. Pois, sai o senhor para entrar o coronel, que por sua vez, transforma-se em empresário, porém, para continuar na essência, sendo o mesmo. Espaço geográfico, poder e identidade cultural são intrínseca e irreparavelmente vistos como um todo articulado e homogêneo.

Neste texto, queremos insinuar que tradição e modernidade, no Brasil e, sobretudo, nos agrestes e sertões do Nordeste, é algo possível, se entendermos que para isso precisamos levar em consideração as peculiaridades da nossa formação histórica. Quer dizer, olharmos para a nossa realidade de “dentro e de perto”, o que consiste em fazermos uma leitura das nossas experiências políticas, dos nossos *habitus* e formas de subjetivação de pensamentos, idéias e valores. Ou seja, captarmos a nossa heterogeneidade multitemporal e social, numa perspectiva que vá além do evolucionismo e da dialética.

Tradição, família e poder.

Wright Mills, sociólogo norte-americano, no livro seu **A Elite do Poder**, afirma que:

Em toda cidade média ou pequena da América um grupo superior de famílias paira acima da classe média e sobre a massa de assalariados, funcionários, camponeses e desempregados. E que tais famílias possuem a maior parte do que existe localmente para ser possuído. Seus nomes e retratos são impressos com frequência nos jornais, e na realidade, os jornais são deles como deles as duas estações de rádio. Também são donos da maioria das lojas comerciais e das poucas fábricas existentes.²

Talvez mais interessante do que a mera constatação de que há sempre algumas famílias voejando sobre o restante da sociedade, seja precisamente a necessidade que temos de não apenas questionar os efeitos que tal realidade produz nas nossas formas de percepção da vida social e política nos pequenos e médios municípios, mas também de entender a partir de novos insights as razões que legitimam a permanência destas

² MILLS, C. Wright. A elite do poder. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1982, p. 41.

famílias ainda no poder, principalmente, numa época histórica segundo a qual as paisagens sócio-políticas e culturais se liquefazem e se redefinem velozmente.

A primeira questão a ser analisada diz respeito ao processo de simplificação da realidade observada, tomada geralmente como algo estático e homogêneo. Os olhares que buscam captar a dinâmica histórico-social das relações de poder nas cidades interioranas do Nordeste brasileiro, raramente conseguem driblar as armadilhas da estereotipia e dos lugares-comuns.

O próprio Nordeste brasileiro foi inventado como o *locus*, por excelência, da permanência de valores arcaicos e anti-modernos. E com efeito, a sua geografia interior (os agrestes e os sertões) seriam constituídos por paisagens sociais recheadas de valores, tradições e hábitos conservadores e resistentes aos signos da modernidade. Tal como as sociedades mecânicas, as agrestinas e sertanejas teriam no passado a sua referência temporal dominante. De costas para o progresso, a trama histórico-sociológica destas sociedades interioranas seria tecida pela onipresença de coronéis, neocoronéis e oligarquias retrógradas.

Parte expressiva da produção artística, literária e acadêmica sobre a região e a sociedade nordestinas, sucumbiu às tentações de dualismos do tipo natureza *versus* cultura. A ênfase neste dualismo, não obstante, reduziu sensivelmente a complexidade e a diversidade das relações sociais e políticas do Nordeste. Resultando daí, um olhar inflexível para enxergar outros problemas e tecer novas tramas sociais.

As antinomias com as quais são compreendidas as relações de poder na esfera do local, transformam-se por vezes, em antíteses a exemplos dos pares modernidade e tradição, democracia e autoritarismo, progresso e atraso, rural e urbano, muitas vezes interpretadas de maneira mais evolucionista do que mesmo dialética. Neste sentido, conceitos como coronelismo, misticismo, fanatismo, miséria, tradição, são usados como ferramentas explicativas para uma realidade espaço-social que é projetada como estando em “permanente” descompasso com os avatares da modernidade ocidental.

O uso inadequado destes conceitos, isto é, sem a sua devida contextualização e relativização, pode contribuir discursivamente para transformação da realidade política

e social das pequenas e médias cidades nordestinas, também numa região de conhecimento sedimentado. Segundo o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr

A “História Regional” participa da construção imagético-discursiva do espaço regional como continuidade histórica. Ela padece do que podemos chamar de uma “ilusão referencial”, por dar estatuto histórico a um recorte espacial fixo, estático. Mesmo quando historiciza este espaço, valida-o como ponto de partida para recortar a historicidade. Ela faz uso de uma “região geográfica” para fundar uma região epistemológica no campo historiográfico, justificando-se como saber, pela necessidade de estabelecer uma origem desta identidade regional, afirmando sua individualidade e homogeneidade. Por isso, o questionamento da região, como uma realidade fixa, passa pela crítica desta “História Regional”, que participou desta cristalização identitária, e passa pela retirada das fronteiras do campo histórico.³

Esta maneira peculiar de ver e dizer a realidade sócio-histórica dos ditos nordestinos, partindo de uma noção fixa de identidade, exclui a percepção do diverso, do complexo e do descontínuo que há nesta sociedade humana. Em função dessa *doxa*, a longevidade de algumas famílias no poder municipal passa a ser compreendida como a capacidade de adaptação dos coronéis a diferentes contextos, sem que isso necessariamente signifique a ruptura com a sua “essência”. Cabe-nos, porém, fugir deste lugar-comum, por mais sedutor e evidente que pareça ser. A noção de continuidade que ele opera, seduz pelo fato de que no Nordeste as desigualdades sociais e políticas são apresentadas ao público de maneira midiática, espetacular e trágica. Tragédia, violência, fanatismo, corrupção, autoritarismo, fome, seca, miséria são associados ao misticismo do povo e a homens poderosos e impiedosos. Assim a mudança nunca é percebida como real, mas como ilusória e estratégica para continuar o mesmo sob novas roupagens. Senão vejamos o que diz Barbosa Lima Sobrinho

O que importa que o coronel tenha passado a doutor? Ou o fazenda tenha se transformado em fábrica? Ou que os seus auxiliares tenham passado a assessores ou a técnicos? A realidade subjacente não se altera, nas áreas a que ficou confinada.⁴

Mais do que as nossas vontades e idealizações, a realidade social é um campo de possibilidades cheio de mistérios e surpresas. Portanto, questionamos esta noção de identidade, concebida por nós como uma repetição, uma semelhança de superfície, que

³ ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. A invenção do Nordeste. Recife. Cortez/Massangana, 1999, pp. 28 e 29.

⁴ SOBRINHO, Barbosa Lima. (prefácio) In. Leal, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1997, p. 18.

possui no seu interior uma diferença fundante, uma batalha, uma luta, que é preciso ser explicitada⁵. A identidade de um povo ou de uma região é fruto da batalha pela construção de sentidos, imagens e idéias que procuram dar conta de uma diversidade de experiências humanas. Conceituar as elites locais como coronéis e neocoronéis ou mesmo como a continuidade destes, a rigor não ajuda muito a compreender a complexidade da qual se reveste o seu poder. Ao contrário, pode servir para fixar preconceitos e obscurecer mais ainda o entendimento das relações de poder na esfera local.

Para analisar tal realidade, acho necessário sairmos dos dualismos e nos voltarmos para ver não apenas contradições e sucessões, mas as ambigüidades e ambivalências que caracterizam as interações entre o velho e o novo, a modernidade e a tradição relativas ao exercício das relações de poder, inscritas nestas paisagens dos agrestes e sertões nordestinos. Mas para isso “faz-se necessário uma teoria livre da ideologia do reflexo e de qualquer suposição sobre correspondências mecânicas diretas entre base material e representações simbólicas”.⁶

É preciso um olhar bifurcal sobre as práticas políticas das atuais elites, reconhecendo que seu continuísmo não é incompatível com os signos do moderno e também do pós-moderno. Talvez precisemos fazer um inventário crítico da forma como lemos a modernidade, sobretudo, de como os seus mecanismos institucionais, ideológicos e culturais foram adaptados ao contexto das nações latino-americanas e, particularmente, da realidade histórica brasileira. Neste caso, poderemos observar que a modernidade ocidental ao se espriar pelo mundo foi sendo criativamente incorporada de maneira antropofágica, isto é, seletivamente e de acordo com os interesses políticos, econômicos e culturais das elites e dos movimentos sociais, sem ter que provocar necessariamente uma ruptura radical com os *Ancien Regime*, isto é, com os imaginários sociais e práticas políticas. Todavia, seus componentes mais ideológicos e revolucionários seriam arrefecidos, pois os “fantasmas do comunismo” e do esquerdismo ficariam mais restritos a alguns setores da intelectualidade, sindicatos e partidos. Durante muitos anos as ideologias revolucionárias estiveram distantes do

⁵ ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. Op. Cit., p. 27.

⁶ CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas Híbridas. São Paulo, Edusp, 2000, p. 75.

povo e quando chegaram foram deformadas pelo estigma e pela violência das elites dominantes. O que implica dizer que em terras brasileiras, o projeto original da modernidade ocidental européia, ganharia feições mais ambíguas e complexas. Nelas a modernidade perderia parte do seu fluxo radical e revolucionário, na medida em que a reação do local seria forte o suficiente para impor-lhes alguns desvios e contramarchas.

Entre o global e o local: modernidades e ambivalências

O projeto original da modernidade nasceu na Europa, e se desenvolveu principalmente a partir do século XVIII, com a filosofia iluminista e através das revoluções francesa, norte-americana e industrial inglesa, tornando-se uma nova condição histórica. Uma das principais características da modernidade tem a ver com o seu ímpeto universalista e expansionista. Segundo Berman:

(...) Os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia, neste sentido pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambigüidades e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que como disse Marx “Tudo que é sólido se desmancha no ar”⁷

A aventura da modernidade pelo resto do mundo se caracterizará pela presença forte de novas contradições e ambivalências. Fora da Europa a modernidade se adaptará às cores do nacional, do regional e do local. Nestes contextos seu ímpeto destruidor será relativizado e ressignificado à luz de sociedades hibridizadas por complexos processos de miscigenação e profundas desigualdades sociais. É olhando para esta sociedade híbrida e intersticial que iremos entender a singularidade do nosso projeto moderno e dos efeitos sobre práticas e representações políticas nas pequenas e médias cidades interioranas. Para isso precisamos romper com os modelos teóricos ideais de modernidade que temos em nossas cabeças. Nestes novos ambientes, o projeto iluminista é subvertido pela ação do conflito, da mistura e da bricolagem. As práticas taxionômicas não apresentam aqui a mesma eficiência classificatória e ordenadora que

⁷ BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido se desmancha no ar. São Paulo, Cia. Das Letras, 1986, p. 15.

na Europa, uma vez que é possível num mesmo evento ou lugar habitarem valores e práticas de grupos e classes sociais distintos.

A melhor alternativa, talvez, seja entender a especificidade da nossa modernidade sem, contudo, deixar de perceber seus aspectos universais. Entendê-la no sentido que Einsenstadt chama de Modernidades Múltiplas. Para este pesquisador:

A realidade que emergiu na seqüência do chamado começo da modernidade, especialmente depois da II Guerra Mundial, não suportou estas assunções. Os desenvolvimentos concretos nas sociedades em modernização refutaram as assunções homogeneizadoras e hegemônicas deste programa ocidental de modernidade. A par de uma tendência generalizadora que se desenvolveu na maior parte destas sociedades, no sentido da diferenciação estrutural entre diversas instituições – na vida familiar, nas estruturas econômicas e políticas, na urbanização, na educação moderna, nos meios de comunicação de massas e nas orientações individuais -, as formas através das quais se foram definindo e organizando variaram fortemente, nos seus diversos períodos do seu desenvolvimento, dando origem a múltiplos padrões institucionais e ideológicos. Significativamente, estes padrões não se constituíram, na era moderna, como simples prolongamento das tradições das respectivas sociedade. Todos eles foram distintamente modernos, apesar de largamente influenciados por premissas culturais, tradições e experiências históricas específicas. Todos eles desenvolveram dinâmicas modernas e modos de interpretação distintos, para os quais o projeto original do ocidente se constituiu como referência crucial (e, normalmente ambivalente). Muitos dos movimentos que se desenvolveram em sociedades não ocidentais articularam fortes temas anti-ocidente, ou mesmo anti-modernos; no entanto, todos eram distintamente modernos.⁸

Concordamos com ele, quando afirma que o conceito de modernidades múltiplas apresenta-nos a vantagem de perceber que *a modernidade e a ocidentalização não são idênticas; os padrões ocidentais de modernidade não constituem as únicas modernidades “autênticas”, apesar de continuarem a ser um ponto de referência básico para os restantes.*⁹ Assim é possível visualizarmos em espacialidades distantes e estereotipadas a presença de objetos e práticas culturais modernas, mesmo que seus protagonistas sejam famílias consideradas tradicionais e conservadoras politicamente.

É possível ver concretamente na vida urbana de algumas cidades interioranas, famílias tradicionais em sintonia fina com as linguagens e demandas do capitalismo

⁸ EISENSTADT, N.S. Modernidades Múltiplas. IN. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS. No 35, 2001, pp. 139-140.

⁹ Op. Cit, p. 140.

globalizado. Exemplo disso é a família Moura – proprietária de uma fábrica de baterias que nasceu e cresceu em Belo Jardim, cidade localizada no agreste setentrional de Pernambuco. Ela vem conquistando vários prêmios nacionais e internacionais, vencendo multinacionais no referido setor, sem falar que lidera o mercado nacional de fabricação de baterias. A mesma coisa vem ocorrendo com as famílias Coelho em Petrolina- PE, os Cintra e Mendonça em Belo Jardim-PE, os Cunha Lima em Campina Grande-PB, os quais aprenderam estrategicamente misturar numa só conjugação espaço-temporal - o culto, o popular e o massivo, o tradicional e o moderno -, como podemos observar através da organização das festas e de eventos científicos e culturais que realizam.

No campo da política, as ações de algumas elites são marcadas, simultaneamente, pela atração à urbanização, à industrialização e à modernização econômica e por certa repulsa às conquistas efetivas de cidadania e protagonismo político por parte das camadas populares. Atração e repulsa, ousadia e medo são componentes da mesma moeda, isto é, das ambivalências presente nas práticas e mentalidades das elites, mas também das camadas populares.

Penso que este composto de ambigüidades, seja um dos elementos mais marcantes da nossa formação histórica e das nossas atitudes e comportamentos. A sociedade brasileira sempre soube negociar seus conflitos de maneira para-doxal, a exemplo do que fez no período Monárquico, quando deixou conviver lado a lado, coisas aparentemente opostas, como o liberalismo político, o cristianismo e a escravidão. A flexibilidade da nossa sociedade para misturar os contrários, tem raízes históricas como as que se forjaram, segundo Freyre, na relação entre a escravização e o desejo sexual envolvendo senhores e escravos. As mesmas pessoas que eram tratadas como seres bestiais, eram tratadas também como seres voluptuosos e sensuais.¹⁰

As contradições sempre são visíveis e gritantes num país tão injusto e desigual como o Brasil. Porém, o mais alarmante é a nossa capacidade e disposição para unir os contrários. Na tradição política brasileira, a conciliação de classes e grupos opostos, têm sido uma estratégia muito freqüente no nosso cenário político e social, sobretudo, em

¹⁰ Ver FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro, Editora José Olímpio, 20005.

momentos de transição e de grandes mobilizações sociais, como as ocorridas na passagem da monarquia à República, no Movimento Queremista que uniu Prestes a Vargas, no Movimento pelas Diretas, na eleição indireta e na constituição do governo de Tancredo Neves e José Sarney e, mais recentemente, nas gestões do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e do operário Luís Inácio Lula da Silva.

Em todos esses episódios, vê-se a justaposição de elementos díspares, compondo uma espécie de quadro surrealista da realidade política brasileira. Em algumas dessas situações, as coisas e os atores rompem com as dualidades do *in e do out*, tornando-se para muitos dos seus críticos como coisas ilógicas, “fora do seu lugar”¹¹. Na verdade, a ambivalência é o seu lugar por excelência. Lugar que ofusca a clareza do pensamento dualista.

Em razão disso, torna-se mais complicado o uso daqueles conceitos e categorias aos quais nos referimos anteriormente, como base explicativa para nossa defasagem e “atraso” com relação aquela modernidade original e desejada, mas, sobretudo, idealizada. É preciso pensarmos também que somos modernos, mesmo que seja analisando-a de um jeito muito singular e paradoxal, porque é justamente dessa maneira que ela se apresenta historicamente.

Política, Cultura e Mídia.

Num mundo que se globaliza tão rapidamente, somos instados a pensar nas tramas políticas, econômicas e culturais do local, diferentemente da forma como as pensávamos antes. A Globalização produziu uma profunda compressão do tempo-espço, afetando as cores do Estado-nação, as identidades sociais, os hábitos, as culturas locais. A revolução tecnológica ocorrida nos transportes e nos meios de comunicação produziu na expressão de Manuel Castells uma economia em rede¹². Enquanto para Zygmunt Bauman, a experiência humana tornou-se mais líquida e flexível. Em suma, a “vida líquida” é:

¹¹ SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo, Duas Cidades, 1997.

¹² Ver, CASTELLS, Manuel. A Sociedade Em Rede. Vol. 1. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

(...) Uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante. As preocupações mais intensas e obstinadas que assombram este tipo de vida são os temores de ser pego tirando uma soneca, não conseguir acompanhar a rapidez dos eventos, ficar para trás, deixar passar as datas de vencimento, ficar sobrecarregado de bens agora indesejáveis, perder o momento que pede mudança e mudar de rumo antes de tomar um caminho sem volta. A vida líquida é uma vida de sucessão de reinícios, e precisamente por isso é que os finais rápidos e indolores, sem os quais reiniciar seria inimaginável, tendem a ser os momentos mais desafiadores e as dores de cabeça mais inquietantes. Entre as artes da vida líquido-moderna e as habilidades necessárias para praticá-las, livrar-se das coisas tem prioridade sobre adquiri-las.¹³

O espectro da globalização afeta a esfera local independente da sua inscrição geográfica, alterando tanto o ritmo da sua dinâmica social como aqueles pontos de fixidez. Ele não destrói completamente as peculiaridades do local, mas o torna cada vez mais frágil e interdependente de processos distantes e “ausentes” do seu contexto nativo. Esta nova fase da modernidade, segundo Giddens:

(...)Arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico, isto é, são completamente penetrados e moldados em termos de influências bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está ausente na cena; a “forma visível do local oculta as relações distanciadas que determinam a sua natureza.”¹⁴

Por esta razão, deduzimos que o local ficou mais fluido e fantasmagórico, no sentido de se orientar, se assim pudermos dizer, por uma realidade globalizada. Com efeito, aumentam-se as incertezas e as inseguranças quanto ao que tínhamos como algo dado, certo e intangível. Como podemos, então, imaginar algumas famílias mantendo-se no poder há décadas quando na expressão radical e desencantada de Baudrillard, vivemos sob o signo das “maiorias silenciosas” e do declínio do social e das formas de lhes representar politicamente? Segundo o filósofo francês as massas parecem ser impermeáveis a qualquer sentido que lhes seja atribuído.

Seja qual for seu conteúdo, político, pedagógico, cultural, seu propósito é sempre filtrar um sentido, manter as massas sob o sentido. Imperativo de produção de sentido que se traduz pelo imperativo renovado de moralização da informação: melhor informar, melhor socializar, elevar o nível cultural das massas, etc. Bobagem as massas resistem escandalosamente a esse imperativo de comunicação racional. O que se lhes dá é sentido e elas querem espetáculo.

¹³ BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007, p. 8.

¹⁴ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991, p. 27.

Nenhuma força pôde convertê-las à seriedade do código. O que se lhes dá são mensagens, elas querem signos, elas idolatram o jogo de signos e de estereótipos, idolatram mais os conteúdos desde que eles se transformem numa seqüência espetacular. O que elas rejeitam é a dialética do sentido.¹⁵

Assim para Baudrillard, a política contemporânea é puro jogo de signos, onde se joga com a ausência de uma verdade a ser perseguida e revelada. No que tange aos conteúdos ideológicos e utópicos, acreditamos que houve um esvaziamento de sentido e um crescimento vertiginoso, porém, não absoluto da influência das mídias na constituição de uma sociedade do espetáculo. Como se vem constatando na realidade política brasileira, as estratégias de poder dos atores políticos depende cada vez mais do marketing produzido pelas agências de publicidade, o que implica infelizmente numa atenção menor a qualidade, a viabilidade e a seriedade das propostas políticas, ideológicas e partidárias.

São situações, portanto, que diferem bastante do tempo do coronelismo, principalmente por seu aspecto fantasmagórico e midiático. Os atores sociais estejam localizados, nas metrópoles ou nos “grotões”, apóiam-se duplamente nos valores e ritos da sua cultura e nos meios eletrônicos de comunicação de massa (rádio e televisão, em sua maioria) para interagir com o universo da política. Vale salientar que o espetáculo não é algo arquitetado única e exclusivamente pelas grandes mídias privadas, uma vez que ele prescinde do consumo e da legitimidade dos atores nas suas práticas cotidianas. Sendo assim, o espetáculo se realiza numa sociedade que de certa forma já é espetacularizada. O que significa dizer que os atores políticos buscam algum sentido na política, mas fazendo de um modo articulando as necessidades e representações inscritas na cultura do povo.

Na modernidade líquida para usar a expressão de Bauman, os jogos de poder adquirem uma dimensão mais pragmática e viscosa, insinuando-se mais dramática e performática. Com isso, os políticos precisam flexibilizar constantemente suas idéias e performances para estarem em sintonia com as mudanças do seu tempo e as aspirações dos seus eleitores. Não seria esta capacidade de absorção dos novos signos e rituais da política que levariam algumas famílias tradicionais a exercerem o poder por tanto

¹⁵ BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas. São Paulo, Brasiliense, 1994, PP, 14 e 15.

tempo? Ou partindo do pressuposto que a política apresenta-se como teatro, como representação, a permanência de alguns destes personagens no controle da esfera municipal não estaria ligada a sua capacidade de representarem papéis, de vestirem máscaras elaboradas constantemente? Não seria tal capacidade de metamorfosear-se, que ainda torna as elites sedutoras, produtoras de matérias de expressão, e porque não dizer de um sentido político?

Presumivelmente a resposta seria a capacidade que têm algumas famílias tradicionais para viverem sob a lógica da ambivalência política. Ou seja, através da mistura de clientelismo com discursos de justiça social e práticas ritualistas de caráter populista, sempre apoiados no uso estratégico das mídias. Trata-se de um simulacro, uma reinvenção de uma realidade mais ampla e complexa do que aquela vivida no passado pelo sistema coronelístico e claro, muito destoante das explicações dualistas das ciências sociais.

As elites tradicionais que permanecem ainda no poder, são justamente as que souberam ressignificar suas práticas e discursos, articuladas aos novos dispositivos da sociedade líquido-moderna e a elementos simbólicos e ritualísticos enraizados na cultura do povo. Apropriando-se de elementos do presente e do passado, tais como a religiosidade, a juventude, os esportes e as festas, as modernizações econômicas, todas elas reelaboradas de maneira indistintamente espetacular.

A busca de investimentos privados e o apoio de organismos como a SUDENE, BNDES e do FINOR, por exemplo, contribuíram para modernizar a economia de algumas cidades do interior do Nordeste, como Petrolina – PE, Belo Jardim – PE, Campina Grande – PB, Mossoró - RN. Algumas destas cidades possuem Faculdades, escolas técnicas, universidades, indústrias, trazidas por famílias tradicionais que há décadas ditam as regras das eleições locais. São práticas modernizadoras como estas que no conjunto, fazem com que Petrolina, uma das cidades mais prósperas do interior nordestino, passasse a ser comandada apenas por única família: Os Coelho. Estrategicamente, eles se dividiram, ficando uma parte na situação e a outra na oposição. Ou seja, qualquer tendência que almeje conquistar o poder local precisa dialogar ou submeter-se a força desta família. Trata-se de cidades de porte médio, com

alto grau de urbanização, sofisticação e diversificação das atividades econômicas, sociais e culturais. Mas é preciso destacar que a eficiência de tais elites depende da sua competência política para lidar com as necessidades e imaginários sociais das suas comunidades.

Competência que se traduz numa imersão no universo de valores morais, sentimentais e nas necessidades econômicas das camadas populares. Tais elites se apresentam diante dos seus correligionários e eleitores das camadas populares como sujeitos portadores de uma missão histórica, “que tem o poder de melhorar, curar, interromper a dor, saciar a fome, estancar o frio dos mais pobres da cidade. Logicamente este poder advém do acesso aos meios necessários para percorrer os caminhos que levam à resolução dos problemas.”¹⁶

Pelo fato destas famílias se apropriarem de diversos tipos de capital, as camadas populares veem-nos como instrumentos para se atingir os objetivos desejados. Pois sabem que não possuem os recursos e acessos às esferas do poder. Precisam de alguém que tenha a legitimidade e a competência formal para transitar por lugares que eles creem que sozinhos dificilmente iriam chegar.

Para as camadas populares, as elites têm o poder da ubiquidade, isto é, de transcenderem a finitude do seu lugar. Poder este que amplia suas forças e capacidades de mobilidade espacial e social. As elites serão, portanto, aqueles atores que simbolicamente farão a ponte entre o local e o global, isto é, entre o interior e a capital (estadual e federal), mas também com o mundo através da difusão e comercialização dos produtos da cultura local. Conforme Marilena Chauí, o poder político opera:

Simultaneamente com a transcendência e a imanência, isto é, os governantes se apresentam estando fora e acima da sociedade, transcendendo-a, na medida em que são os detentores do poder, do saber e da lei; mas, ao mesmo tempo, só conseguem realizar suas ações se fizerem parte do todo social, já que operam sem recorrer as mediações institucionais.¹⁷

As famílias tradicionais desprezam as mediações partidárias valorizando sua onipresença política, realizada conforme Chauí, de um jeito transcendental e imanente. É por

¹⁶ KUSCHNIR, Karina. O cotidiano da Política. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 23.

¹⁷ CHAUÍ, Marilena. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo, Perseu Abramo, 2000, p. 87.

esta dimensão ubíqua do poder que se constituem os mitos na política. O líder político é “alguém em quem se crê ou se projetam sentimentos e esperanças. Abre-se aqui a perspectiva da dimensão weberiana de representação, revelada na existência de legitimidade”.¹⁸

Referências bibliográficas

, Jr. Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife, Cortez ALBUQUERQUE /Massangana, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007.

BARREIRA, Irllys. *Chuva de Papéis. Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1998.

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: O fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas*. São Paulo, Edusp, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

EINSENSTADT, S. N. *Modernidades múltiplas*. IN. *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, No 35, 2001.

FORTUNATO, Maria Lucinete. *O coronelismo e a imagem do coronel: De símbolo a simulacro do poder local*. Campinas, Tese de doutoramento, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e senzala*. Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio, 2005.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.

¹⁸ BARREIRA, IrLys. *Chuva de Papéis. Ritos e Símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1998, p. 37.

JANOTTI, Maria de Lourdes de M. Coronelismo. Uma política de compromissos. São Paulo, Brasiliense, 1991.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1994.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e voto. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

PANG, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquias: A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

KUSCHNIR, Karina. O cotidiano da política. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo, Duas Cidades. 1997.